



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RICARDO FERRAÇO

REQUERIMENTO Nº 38, DE 2015 – CI

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar das alterações propostas na Lei nº 12.351, de 2010, que estabelece a participação mínima da Petrobrás no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela condução e execução das atividades de exploração e produção. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados:

1. **Senador José Serra;**
2. Presidente do Conselho Nacional de Política Energética, **Ministro Carlos Eduardo de Souza Braga, e**
3. Presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, **Sr. Jorge Marques de Toledo Camargo.**

4. *Centro Brasileiro de Infraestrutura - CBI*
DR. Anderson Tietz
JUSTIFICATIVA

O setor de petróleo e gás natural tem uma grande relevância para economia brasileira. A participação do setor no produto interno bruto do país passou de 3% em 2000 para 13% em 2013. O setor gera mais de 500 mil empregos diretos e tem uma importante participação, por meio dos royalties,



SF/15034.08155-44

Página: 1/3 17/06/2015 11:20:07

ec1a022419739cd22d31a60323d6cac12c215d7a





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RICARDO FERRAÇO

no financiamento de políticas públicas dos estados e municípios produtores.

Desde 1997, com o regime de concessão dos blocos exploratórios, foram feitas 12 rodadas de licitação. Até 2008, os leilões eram feitos anualmente. Havia previsibilidade da oferta de lotes entre empresas e fornecedores, o que estimulava mais investimentos e empregos no país, além de maiores lances no bônus de assinatura.

Com a descoberta do pré-sal e a adoção do regime de partilha, os leilões se tornaram irregulares. O que provocou uma onda de incertezas no setor e levou muitas empresas a desmobilizarem os investimentos e deixarem o país.

Além disso, com a adoção da Lei nº 12.351/2010, foi instituído o regime de partilha e estabelecido a participação obrigatória da estatal no modelo de exploração de partilha de produção, bem como, a participação da Petrobras nos consórcios de exploração de no mínimo 30% (trinta por cento).

No entanto, a situação atual dificulta a plena aplicação desses dispositivos. Primeiramente, a exploração do pré-sal tem urgência, pois a oferta interna de petróleo em futuro próximo dependerá dessa exploração, sobretudo a partir de 2020.

A Petrobrás, atualmente, apresenta alavancagem superior a 4,7, indicador este que aponta a capacidade da empresa de pagar suas dívidas. Um nível considerado



SF/15034.08/155-44

Página: 2/3 17/06/2015 11:20:07

ec1a022419739d22d231a60323d6cac12c215d7a





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RICARDO FERRAÇO

adequado pela própria estatal, por meio de seu conselho de administração, seria de 2,5 vezes. Para efeito de comparação, a Exxon, maior petroleira de capital aberto do mundo, registrou alavancagem de 0,48 em 2014.

Dessa forma, a empresa não tem condições financeiras para participar de novos leilões e iniciar novos projetos, o que deve postergar a exploração da camada pré-sal.

Pelas razões aqui expostas, e pela urgência desse debate, peço apoio dos Srs e Sras Senadores para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão,

nao
Senador **Ricardo Ferraço**



SF/15034.08/55-44

Página: 3/3 17/06/2015 11:20:07

ect1a022419739d22d231a60323d6cac12c215d7a

